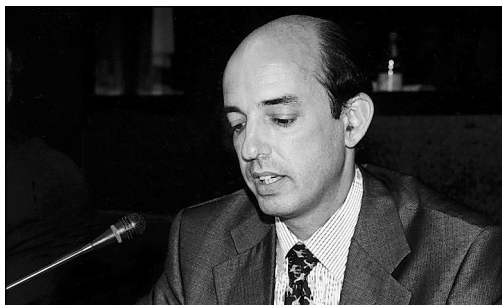


# Carlos Coelho preside à

## Comissão ECHELON



Carlos Coelho, Deputado do PSD ao Parlamento Europeu, foi eleito Presidente da Comissão temporária sobre o sistema de interceptação ECHELON.

Na reunião constitutiva da Comissão, Carlos Coelho sublinhou “a necessidade desta comissão organizar os seus trabalhos de forma a que, sem prejuízo do rigor e da seriedade, conclua a sua missão no prazo de 12 meses previstos no regimento do Parlamento. A União Europeia tem de assegurar aos seus cidadãos o respeito pelos seus direitos fundamentais e zelar para que as suas empresas não sejam prejudicadas no mercado internacional”.

texto na pág. 4

### E as Pescas ?

A U.E. paga pelo direito de pescar na Gronelândia mas só utiliza 12% da sua quota. Não pesca 100.000 toneladas que paga e a que tinha direito porque o principal Estado-Membro a quem a quota está atribuída (Alemanha) não tem capacidade para utilizá-la.

O Deputado social-democrata **Arlindo Cunha** perguntou o que parecia óbvio: **Porque é que o Governo não tentou negociar a utilização dessa quota pela frota pesqueira do nosso País ?**

A passividade do Governo português é também sensível na negociação do *Dossier Marrocos*.

O acordo com Marrocos representa mais de 30% de todas as capturas da frota comunitária em águas de países terceiros. Tendo expirado há quase um ano, desconhece-se tudo sobre as negociações que permitirão prorrogar o acordo.

Estão em causa 30.000 empregos e a vida económica de pequenas comunidades piscatórias.

**A Comissão Europeia parece não ter pressa e o Governo português parece não se preocupar.**

Uma vez mais será o Parlamento Europeu e os Deputados do PSD a fazerem ouvir a sua voz em defesa dos interesses legítimos dos que parecem abandonados pelo governo socialista.

*Carlos Miguel Coelho*

### Co-incineração: falta grave do Governo

Jorge Moreira da Silva pág. 2

### Florestas

Arlindo Cunha critica falta de verbas pág. 3

### Contra a redução do Orçamento da UE

Intervenção de Carlos Costa Neves pág. 5

### O PSD disse:

Intervenções de Pacheco Pereira, Fernando Reis, Sérgio Marques, Jorge Moreira da Silva, Carlos Coelho e Arlindo Cunha págs. 6 e 7

## Co-incineração: falta grave do Governo



Em carta dirigida ao Deputado **Jorge Moreira da Silva**, a Comissária responsável pelo pelouro do Ambiente, Margot Wallström, afirma que *“no quadro da instrução de uma queixa registada pela Comissão, tendo por objecto a realização da co-incineração de resíduos perigosos numa fábrica de cimento situada no sítio Natura 2000 da Arrábida (Outão), as autoridades portuguesas comunicaram aos meus serviços que a realização da co-incineração no referido sítio não tinha sido nunca considerada”*.

Nesta carta de resposta ao Deputado social democrata que tinha solicitado a intervenção da Comissão Europeia após a decisão do Governo português de *“avançar para o processo de co-incineração na cimenteira do Outão, situada em pleno Parque Natural da Arrábida, sítio integrante da Rede Natura 2000, contrariando a Directiva dos Habitats”*, a Comissária Wallström recorda que *“a autorização de projectos de co-incineração de resíduos perigosos está subordinada à realização de uma avaliação de impacto ambiental e às respectivas conclusões, o que implica, entre outros requisitos, a realização de uma adequada consulta pública. Para além disso, tratando-se de uma instalação situada num sítio Natura 2000, a avaliação deve ter especialmente em conta a conservação dos tipos de habitats e das espécies que é suposto serem protegidas”*.

A Comissária recorda ainda que *“a mesma directiva estabelece que se apesar de a avaliação das incidências*

*sobre o sítio ter levado a conclusões negativas, e na falta de soluções alternativas (...) o Estado-membro deve tomar todas as medidas de compensação necessárias para assegurar a protecção da coerência global da Rede Natura 2000 e deve informar a Comissão das medidas compensatórias adoptadas”*.

A Comissária informa o Deputado Jorge Moreira da Silva que, em ofício dirigido às autoridades portuguesas, os seus serviços, *“solicitaram informações precisas sobre as conclusões das avaliações de impacto e sobre as circunstâncias em que decorreram as consultas públicas que terão sido efectuadas. Por outro lado, os serviços solicitaram igualmente que as autoridades portuguesas transmitissem uma cópia dos relatórios de avaliação, para que pudessem verificar se as referidas avaliações respeitaram os requisitos das directivas”*.

### Governo falta à verdade

Comentando a resposta da Comissão Europeia ao seu pedido de intervenção, Jorge Moreira da Silva salienta *“a gravidade do facto de o Governo português ter comunicado à Comissão que a realização da co-incineração no Outão não tinha sido nunca considerada”*.

Jorge Moreira da Silva manifesta-se confiante de que *“a Comissão Europeia accionará um contencioso com Portugal no caso de o Governo português persistir em realizar a co-incineração de resíduos perigosos no Outão”*.

## Alterações climáticas: Jorge Moreira da Silva propõe encontro UE/USA

Foi aprovada, pelos coordenadores dos grupos políticos do Parlamento Europeu, uma proposta do Deputado do PSD Jorge Moreira da Silva no sentido de realizar um **encontro bilateral, em vídeo-conferência, entre a Comissão do Meio Ambiente do PE e o Congresso dos Estados Unidos**, que terá lugar no início de Outubro.

Jorge Moreira da Silva recorda que *“no próximo mês de Novembro, decorrerá em Haia a 6ª Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP6) e que a posição dos USA, em relação à ratificação e à entrada em vigor do Protocolo*

*de Quioto tem sido muito reservada.”*

*“Facto que é tanto mais grave quanto este país é o que mais emite gases com efeito de estufa para a atmosfera. Esta posição de reserva pode comprometer seriamente não apenas o êxito da COP6 como a própria aplicação do Protocolo”*.

Foi com o objectivo de ultrapassar as divergências existentes entre a União Europeia e os Estados Unidos que Jorge Moreira da Silva, na qualidade de Relator do Parlamento Europeu para o dossier das Alterações Climáticas, propôs a realização deste encontro.

# Florestas: Arlindo Cunha critica falta de verbas

O Deputado do PSD Arlindo Cunha lamentou que, “apesar da aprovação da Estratégia Florestal da União Europeia ser um progresso no plano das ideias, ela não teve ainda qualquer expressão prática em termos de instrumentos que no terreno viabilizem medidas de protecção e de fomento da floresta e do consequente aproveitamento do grande recurso que constitui”.

Para Arlindo Cunha, “pelo contrário, tem-se andado para trás, como o prova o presente **regulamento comunitário relativo à protecção das florestas contra os incêndios**. Na verdade, depois de esta medida ter beneficiado de um montante anual de 14 milhões de euros entre 1992 e 1996, é agora proposto que esse montante passe para 10 milhões até 2001, ou seja 40% menos”.

Trata-se, pois, acrescentou, de uma proposta inexplicável num momento em que a floresta precisa de protecção contra vários tipos de perigos, especialmente a mediterrânica que, em razão do clima, está mais sujeita ao risco dos incêndios e mais tem sido delapidada”.

**A importância da floresta na União Europeia fica patente nos 36% do território que ocupa (130 milhões de hectares) ou nos 2,2 milhões de postos de trabalho directos que cria.**

Em muitas zonas do território da UE, a floresta é não raras vezes a única alternativa económica, devido à pobreza dos solos e à exiguidade de outros recursos naturais.

E é manifesto que a sua importância está longe de se limitar ao aspecto económico. Tem inúmeras outras dimensões de interesse social e ambiental tal como a protecção dos solos e a luta contra a erosão, a preservação dos recursos aquíferos, da biodiversidade

da fauna e da flora, a regularidade climática, etc.

Apesar disso tudo, a floresta tem sido uma espécie de ‘filha bastarda’ das políticas comunitárias, em particular da PAC.



E foi só ao fim de muitos anos, em 1998, com empenho do Parlamento Europeu, que a União Europeia conseguiu finalmente aprovar uma estratégia para a preservação e o desenvolvimento das suas florestas. A razão desta lenta evolução é conhecida, prendendo-se com os interesses de vários Estados Membros que querem manter as florestas fora da área de influência das políticas comunitárias. Todavia, face à sua inequívoca inter-relação com a agricultura (65% da área florestal da UE é privada e está em larga medida integrada nas explorações) e ao seu impacto territorial, é inexplicável que a Comissão não tenha sido mais ambiciosa nas suas propostas e o Conselho tenha sido tão curto de vistas”.

A terminar, Arlindo Cunha, lançou dois apelos à Comissão e ao Conselho. “O primeiro é para que estas dotações sejam substancialmente acrescidas e mais integradas especialmente a partir da data em que expira o actual regulamento, 2001. O segundo é para que seja previsto e co-financiado pela UE um sistema comunitário de informação de incêndios florestais, que entre outras funções assegure o financiamento de: investigação sobre as causas dos incêndios, técnicas de combate, formação de quadros e de formadores não só para os serviços públicos como também para os Bombeiros, difusão dos vários sistemas de organização e combate e de outras experiências relevantes, financiamento e formação de agentes para um sistema de alerta rápido a criar ou reforçar nos vários Estados Membros”.

## Carlos Coelho defende localização em Portugal do Centro Europeu de Prevenção de Fogos

O Deputado do PSD Carlos Coelho defendeu “a localização em Portugal do Centro Europeu de Prevenção de Fogos”, cuja criação é proposta numa resolução aprovada pelo PE.

Carlos Coelho, que falava durante o debate de

uma resolução sobre fogos florestais, defendeu que se trata de “**matéria de responsabilidade primária dos Estados Membros**, que têm de se organizar e reforçar meios de prevenção e combate, sendo necessário os Estados Membros darem prioridade a tais acções, bem como à de florestação nacional no âmbito dos seus programas nacionais de desenvolvimento regional”.

Carlos Coelho sublinhou ainda, “a necessidade do reforço da estratégia florestal europeia com meios técnicos e financeiros capazes de reforçarem e complementarem os recursos nacionais”.

# Carlos Coelho Presidente da Comissão Echelon

## Comissão ECHELON iniciou os seus trabalhos

Com a definição do seu mandato pelo Plenário do Parlamento Europeu (ver caixa nesta página) e a eleição do seu Presidente, o português Carlos Coelho (PSD-PPE), a Comissão Echelon iniciou os seus trabalhos.

Carlos Coelho, “com o objectivo de iniciar de imediato os trabalhos da Comissão”, propôs a nomeação do Relator, Sr. Gerhard Schmid (Alemão, PSE, Vice-Presidente do PE) e marcou para o início de Setembro a reunião para aprovação do plano de acção da Comissão.



Nesta reunião deu-se início às audições, ouvindo-se os Comissários António Vitorino e Erkki Liikanen (na foto). Foi ainda aprovado o Plano de Acção da Comissão Echelon, que se organizará em volta das seguintes questões:

1. Avaliação do verdadeiro alcance do *Echelon*
2. Articulação com parlamentos e governos dos Estados-Membros e outros Estados
3. Actividades dos Serviços de Informações
4. Infraestrutura dos sistemas de interceptação
5. Sistemas de *encriptação*
6. Espionagem Económica
7. *Alvos* de espionagem e medidas de protecção
8. Questões legais relativas à protecção de Dados Pessoais e privacidade
9. Recomendações e propostas

## O Que é o Echelon ?

O Echelon é uma rede constituída por 5 países (Estados Unidos, Reino Unido, Austrália, Canadá e Nova Zelândia) que intercepta, regista e analisa comunicações em todo o planeta.

Comunicações telefónicas, por fax e electrónicas (como são os e-mails e o tráfego cibernético na Net) são interceptadas, passam por *filtros* que determinam os *alvos* que podem ser *conceitos, palavras, tipos de voz* ou *destinatários em concreto* (como determinadas personalidades, números de telefone, etc.).

Inicialmente pensado como instrumento de defesa

contra o império soviético parece ter sido reciclado para outras utilizações após a queda do muro de Berlim. Vieram a público diversos casos de espionagem industrial, e designadamente o facto de em 1994 a Airbus ter perdido um contrato com a Arábia Saudita a favor da americana McDonnell-Douglas, alegadamente por ter beneficiado de informação privilegiada da sua concorrente através do sistema Echelon.

Interceptando mensagens na Net, nos cabos submarinos, e nos mais de 120 satélites e estações de escuta de que dispõe, o sistema terá capacidade para vigiar o mundo inteiro.

De acordo com fontes internas, citadas durante a Audição promovida no PE (e divulgada em anterior número de *Carta da Europa*), em cada 30 minutos, são interceptadas mais de 1 milhão de mensagens que são analisadas em função dos critérios definidos na *Watch List*.

## MANDATO DA COMISSÃO ECHELON (votado pelo Plenário do PE 5.Julho.2000 em Estrasburgo)

- confirmar a existência do sistema de interceptação de comunicações conhecido por ECHELON;
- verificar a compatibilidade de tal sistema com o direito comunitário, à luz das seguintes questões:
  - os direitos dos cidadãos europeus encontram-se protegidos das actividades dos serviços secretos? ;
  - a cifragem constitui uma protecção adequada e suficiente para garantir a defesa da vida privada dos cidadãos, ou deverão ser adoptadas medidas complementares? ;
  - de que modo poderão as instituições da União Europeia ser alertadas para os riscos decorrentes de tais actividades e que medidas poderão ser adoptadas?
- verificar se a interceptação de informações a nível mundial constitui um risco para a indústria europeia;
- formular propostas de iniciativas políticas e legislativas.

# Costa Neves: "Não reduzir o Orçamento da UE"

Intervindo no Plenário do Parlamento Europeu, em Estrasburgo, o Deputado do PSD Carlos Costa Neves afirmou que **"não faz sentido pretender aprofundar o projecto europeu e, simultaneamente, ir reduzindo, ano a ano, o peso relativo do Orçamento da União Europeia e não faz sentido discutir a cobertura financeira de novas prioridades, pôr mesmo em causa algumas das anteriormente estabelecidas e, simultaneamente, devolver, aos Estados Membros, importantes quantitativos não utilizados em exercícios anteriores"**.

*justificação para essas reduções e os seus efeitos nas políticas visadas; promover uma profunda análise às propostas de reforma da Comissão, incluindo as respectivas necessidades de pessoal e a sua política de externalização; identificar as prioridades do Conselho e da Comissão quanto à Rubrica 4, Política Externa, e clarificar a relação 'compromissos/pagamentos' nesta Rubrica, apurando as razões para o preocupante atraso*

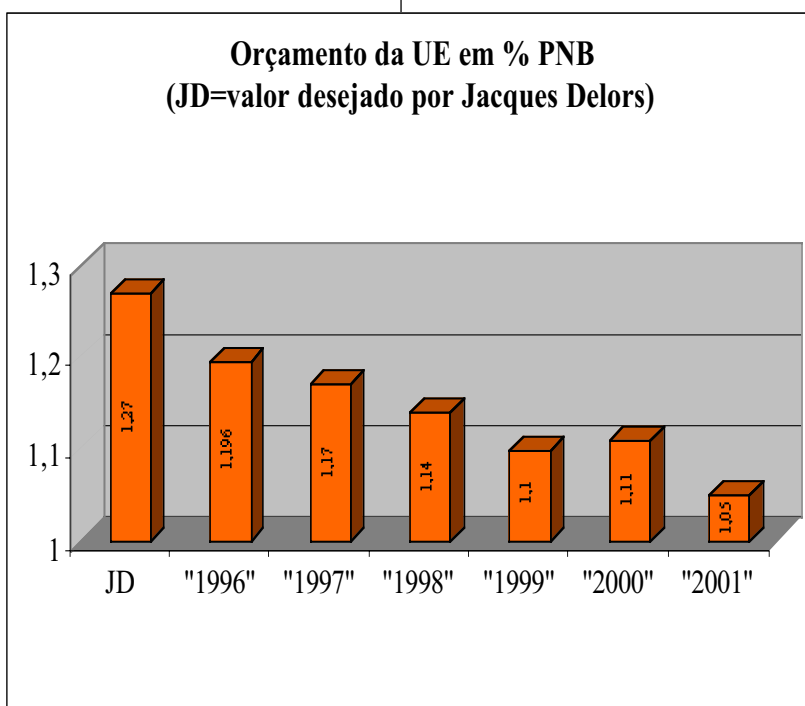


É que, referiu Costa Neves, **"tomando como referência as dotações para pagamentos, estas cifram-se, em 2000, em 1.11% do PNB dos Estados Membros e propõe-se, para 2001, um valor correspondente a 1.07%"**.

Para Costa Neves, neste complexo processo orçamental, **"o Parlamento, ao mesmo tempo que vai consensualizando, a nível interno, as suas posições, para que as possa defender na máxima força, deve exigir a total clarificação das propostas da Comissão, bem como objectividade à posição do Conselho e, só então, avançar, no seu todo, com a sua própria posição. Estamos, pois, concluiu, numa fase de clarificação em que devemos assumir a postura de 'esperar para ver'.**

*Nesta fase, acrescentou Costa Neves, parece escusado ameaçar, dar nota da força do Parlamento, avançar a totalidade das nossas posições. Todos sabem da importância do Parlamento Europeu no processo orçamental"*.

Costa Neves sublinha que **"é preciso saber mais sobre algumas questões essenciais. Por exemplo : dar especial atenção à execução do Orçamento 2000, na Rubrica 1, Agricultura, quer quanto à Categoria 1a, quer quanto à 1b; avaliar as reduções, propostas pela Comissão, em vários sectores das políticas internas (Rubrica 3), tendo em conta, nomeadamente, a**



*na materialização dos compromissos e verificando a qualidade da despesa realizada; conhecer, na íntegra, o que se propõe no novo programa a favor dos Balcãs Ocidentais, Sérvia e Kosovo incluídos, nomeadamente quanto ao respectivo financiamento; saber como se conta financiar a Política Comum de Segurança e Defesa"*.

Como se vê, refere o Deputado social democrata **"o que falta saber vai muito**

*além da discussão sobre o financiamento dos Balcãs Ocidentais. Seria, aliás, um erro reduzir a discussão do Orçamento para 2001 a esta questão"*.



**Pode ver a Carta da Europa na Net no site do PPE**



## Jorge Moreira Silva reclama mais recursos para o LIFE

Jorge Moreira da Silva, relativamente ao orçamento de referência do Programa LIFE III, para o período de 2000-2004, afirmou que *“preferiríamos que se tivesse alcançado um acordo mais próximo dos 850 milhões de euros, valor proposto pelo Parlamento Europeu na 1ª e na 2ª Leitura, do que dos 613 milhões de euros fixados pela Comissão e pelo Conselho.*

*No entanto, acrescentou, como se costuma dizer, a política é a arte do possível. E se não tivéssemos aceite, como acabámos por fazer durante a Conciliação, fixar o montante de referência nos 640 milhões de euros, acabaríamos por ficar com a responsabilidade política de deixar sem resposta e sem financiamento milhares de candidaturas e de projectos para o ano 2000”.*

Em todo o caso, reafirmou Jorge Moreira da Silva, *“para o Parlamento Europeu esta verba, sendo melhor do que a que estava prevista na Posição Comum, continua a não ser conducente com o mérito demonstrado pelo LIFE.*

*É que, este instrumento é não apenas o único a promover directamente a política ambiental na U.E., como tem igualmente produzido bons resultados, tem permitido o desenvolvimento de métodos e de técnicas inovadoras e tem uma excelente taxa de execução”.*



## Carlos Coelho quer acção comum contra crimes ambientais

O Deputado do PSD Carlos Coelho afirmou que *“é necessária uma acção comum dos Estados Membros para instituir uma protecção penal do ambiente.*

*Estamos, assim, perante um problema comum aos Estados Membros, que cada vez mais tem consequências que ultrapassam as fronteiras dos Estados onde tais crimes foram cometidos, e que impõe a necessidade de serem implantadas medidas concertadas de protecção do ambiente, no âmbito do Direito Penal, comuns ao território Europeu; quer através de normas de direito penal, quer através de sanções severas, proporcionais à infracção, que tenham um efeito dissuasor eficaz (traduzidas em*

*penas de detenção e penas pecuniárias)”.*

Carlos Coelho defendeu, por outro lado, *“uma acção global preventiva, em que os Estados Membros deverão garantir que as empresas cujas actividades impliquem um maior risco para o ambiente e possam ter efeitos negativos ao nível da saúde pública, estejam bem informadas sobre as consequências ambientais e adoptem medidas de segurança e outras precauções no âmbito da sua actividade”.*

A terminar, Carlos Coelho apelou *“aos Estados Membros que ainda não assinaram a Convenção do Conselho da Europa de 1998 sobre a protecção do ambiente através do Direito Penal, para adoptarem – nos termos do seu Direito nacional – o mais rapidamente possível, as medidas necessárias para a assinatura dessa Convenção, de modo a que o acervo ambiental possa ser reforçado”.*



## Arlindo Cunha critica atraso no acordo com Marrocos

O Parlamento Europeu discutiu o Acordo de Pesca entre a União Europeia e a República da Guiné para o período de 2000-2001, que dá continuidade aos anteriores acordos bi-anuais iniciados em 1996.

Na sua intervenção neste debate, o Deputado do PSD, Arlindo Cunha, começou *“por realçar e apoiar as inovações introduzidas no presente acordo, ao consagrar cerca de 50% do apoio total da UE (5.920.000 \_uros) a acções específicas dirigidas ao desenvolvimento sustentado do sector, designadamente: investigação científica, bolsas de estudo, formação profissional e organização institucional, actividades de controle e fiscalização, assim como um importante apoio de 800.000 \_uros à pesca artesanal.*

Arlindo Cunha considerou que assim se *“demonstra que os acordos de pesca, além do interesse que têm para a UE, podem ser utilizados como instrumentos de desenvolvimento, desde que se tomem as medidas necessárias nesse mesmo contexto. E como português, acrescentou, não posso deixar de lamentar o insustentável atraso na negociação do Acordo de Pescas com Marrocos e as dificuldades que a Comissão está a colocar a que outros Estados Membros, como Portugal, passem a poder pescar nas águas da Gronelândia, cujo acordo de pesca tem sido escassamente utilizado e que deverá ser em breve renovado”.*



## Pacheco Pereira alerta para tendências perigosas na CIG

O Vice-Presidente do Parlamento Europeu, José Pacheco Pereira, alertou para “*tendências perigosas em curso*” na Conferência Intergovernamental.

Dirigindo-se ao Primeiro-Ministro António Guterres, após a intervenção deste no Plenário do Parlamento Europeu sobre o balanço da Presidência portuguesa, o Deputado do PSD afirmou: “*Em relação ao seu discurso há pelo menos duas questões que eu gostaria de focar. Em primeiro lugar, surpreende-me que tenha criticado aquilo a que chamou ‘uma deriva intergovernamental’, porque se há coisa que aconteceu nos últimos seis meses da Presidência portuguesa foi efectivamente um reforço do Conselho em detrimento da Comissão e do Parlamento, aliás manifestado também nas suas palavras quando, descrevendo a Cimeira do Emprego, a definiu como ‘mostrando uma forte vontade de direcção política da União’, manifestando que efectivamente a entende como uma condução do Conselho em detrimento das outras duas instituições. E, por isso, convém confrontar as palavras e as intenções com a realidade*”.

Em relação à Conferência Intergovernamental, Pacheco Pereira salientou que “*há tendências perigosas em curso. Não estou contra as cooperações reforçadas, afirmou, mas tem que ser bem claro que as cooperações reforçadas são do domínio das políticas sectoriais e não do domínio institucional e político da União, sob pena de dividirmos a União. Caso contrário teremos, a prazo, duas Uniões Europeias, uma de primeira e outra de segunda, e isso acabará com o que tem sido o motor da União Europeia e da Comunidade Europeia desde a Segunda Guerra Mundial*”.



## Fernando Reis sobre a protecção da maternidade

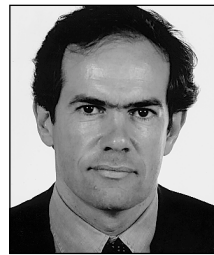
O Deputado do PSD Fernando Reis criticou a Comissão Europeia “*pela inoperância demonstrada ao não ter, até ao momento, tomado qualquer atitude com vista à revisão, avaliação e notificação da Directiva 92/85, sobre a protecção da maternidade*”.

Fernando Reis sublinha que “*o objectivo do alargamento das licenças de maternidade para 20 semanas é um objectivo tecnicamente recomendado e ambicioso, que deve ser progressivamente implementado, pelo que devemos preparar-nos economicamente para ele repartindo*

*responsabilidades, de forma solidária, pelos Estados, entidades patronais e trabalhadores.*

“*É ainda essencial, defende Fernando Reis, que, para a prossecução dos fins propostos, se incentive um maior diálogo, interligação e articulação entre os técnicos de saúde e os técnicos de higiene e segurança no trabalho, a fim de ser conseguido o melhor ambiente de trabalho para o estado da mulher grávida*”.

Fernando Reis deixou um alerta relativamente ao ponto 9 do relatório, “*pois medidas que protejam as mulheres na maternidade, como licenças de parto muito longas, podem ter efeitos perversos, já que os empregadores começam a ter desvantagens ao empregar mulheres, preferindo os homens. Deve, pois, a Comissão implementar um sistema de detecção de fraudes e implementação de penalizações severas a aplicar às empresas em casos deste tipo de discriminação*”.



## Sérgio Marques defende ajuda à Venezuela

Com base numa proposta inicial do Deputado do PSD Sérgio Marques e do Deputado espanhol José Ignacio Salafranca, o Parlamento Europeu aprovou uma resolução em que “*insta a Comissão - com base nas carências que as autoridades venezuelanas expuseram e quantificaram - a estabelecer uma dotação de 250 milhões de euros para um período de cinco anos, como contributo da União Europeia para a recuperação e reconstrução do país e demonstração de solidariedade com o povo venezuelano*”.

O Parlamento Europeu considera “*que a União Europeia tem desempenhado um papel fundamental em outros casos de ajuda à reconstrução devido a catástrofes naturais, como, por exemplo, o furacão que devastou a América Central e as inundações que assolaram Moçambique*”.

Para Sérgio Marques “*o Governo Venezuelano precisa de um grande apoio para promover este trabalho ciclópico e a Comissão Europeia relativamente à tarefa de reconstrução que é inadiável, tem de agir da mesma forma solidária como agiu por ocasião da prestação de ajuda humanitária de emergência.*

“*Ou à semelhança da actuação que teve para com os Países afectados pelo furacão MITCH. Instamos por isso a C.E. a um significativo esforço financeiro nos próximos cinco anos.*

Para além de um elementar dever de solidariedade, os laços históricos que nos ligam à Venezuela e a estabilidade da democracia neste País, exigem-no!” , concluiu o Deputado Sérgio Marques.





## Regina Bastos substitui Fernando Reis

A Advogada **Regina Bastos**, de Estarreja, é desde 1 de Setembro Deputada ao Parlamento Europeu em substituição do Dr. **Fernando Reis** que renunciou ao mandato para poder regressar à Câmara Municipal de Barcelos.

A Deputada **Regina Bastos** é membro efectivo da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais e suplente na Comissão da Indústria, do Comércio Externo, da Investigação e da Energia.

## Carlos Coelho e Costa Neves interpelam o Presidente do Banco Mundial

Os Deputados do PSD **Carlos Coelho** e **Carlos Costa Neves** contam-se entre os **53 Deputados de 17 países** que, em carta dirigida ao **Presidente do Banco Mundial**, Sr. James Wolfensohn, se manifestaram preocupados pelo facto de, em diversos projectos apoiados pelo Banco se fazer tábua-rasa dos mais elementares pressupostos ambientais.

Elogiando o facto de o Banco Mundial ter recentemente adoptado orientações para limitar os impactos ambientais negativos de projectos por si financiados, os Deputados assinalam, porém, a existência frequente de excepções que contrariam aquele objectivo.

Na sua missiva, os parlamentares manifestam-se “**preocupados com o facto de estas políticas não estarem a ser sistematicamente aplicadas em todas as regiões e países onde o Banco Mundial opera**”. Os Deputados consideram ainda que “**algo terá que ser feito para mudar a estrutura de incentivos ao pessoal, incluindo mecanismos de responsabilização, para que as políticas ambientais sejam aplicadas e para que não sejam aprovados ou promovidos projectos desnecessariamente gravosos em termos ambientais**”.

Os Deputados solicitam ainda que a administração do Banco Mundial os informe “**sobre o que pensa fazer para assegurar a responsabilização do pessoal, especialmente nas operações de crédito como, por exemplo, o Projecto para Redução da Pobreza na China Ocidental**”.

## Os Deputados do PSD

### José Pacheco Pereira

Telf: (32.2) 28.45371

Fax: (32.2) 28.49371

e-mail: JoPacheco@europarl.eu.int

### Vasco Graça Moura

Telf: (32.2) 28.45369

Fax: (32.2) 28.49369

e-mail: VGraça@europarl.eu.int

### Teresa Almeida Garret

Telf: (32.2) 28.45566

Fax: (32.2) 28.49566

e-mail: TAlmeida@europarl.eu.int

### Arlindo Cunha

Telf: (32.2) 28.45381

Fax: (32.2) 28.49381

e-mail: ACunha@europarl.eu.int

### Carlos Costa Neves

Telf: (32.2) 28.45374

Fax: (32.2) 28.49374

CCosta Neves@europarl.eu.int

### Sérgio Marques

Telf: (32.2) 28.45404

Fax: (32.2) 28.49404

e-mail: Smarques@europarl.eu.int

### Jorge Moreira da Silva

Telf: (32.2) 28.45448

Fax: (32.2) 28.49448

e-mail: JMoreira@europarl.eu.int

### Carlos Coelho

Telf: (32.2) 28.45551

Fax: (32.2) 28.49551

e-mail: CCoelho@europarl.eu.int

### Regina Bastos

Telf: (32.2) 28.45790

Fax: (32.2) 28.49790

e-mail: RBastos@europarl.eu.int

## CARTA DA EUROPA

Boletim Informativo da

Delegação do PSD do GRUPO DO PARTIDO POPULAR EUROPEU

Director: **Carlos Miguel Coelho** Redacção: **José Luis Fernandes e Sandra Nunes**

Ilustrações: **Júlio Pisa**

rue Wiertz - ASP 8E150 1047 Bruxelles tel(02)284 5551 fax (02)284 9551